

Apresentação do Dossiê

**“A PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: ações mercantis e financeiras na definição das políticas públicas”**

Úrsula Adelaide de Lélis<sup>1</sup>  
Maria Vieira Silva<sup>2</sup>

Incurções privadas na educação brasileira, historicamente recorrentes, vêm alcançando espaços cada vez mais significativos, constituindo expressivas capilaridade e vigência após a reforma do Estado brasileiro, nos anos 1990, quando intensificaram-se as propostas e ações privadas e público-privadas no âmbito das políticas públicas educacionais, de natureza e contornos cada vez mais acentuados e heterogêneos.

Ao longo do tempo, essas propostas e ações foram metamorfoseando suas entradas na educação pública. Da captação de recursos à propaganda midiática em torno da filantropia e da solidariedade social de empresas, hoje, a concentração de forças em torno da constituição hegemônica do projeto mercantil, na escola pública, se faz de maneira cada vez mais aguerrida. As ações híbridas das parcerias, na estruturação das formas de viver e pensar o mundo, chegam às escolas na forma de projetos e programas que disseminam concepções de homem, sociedade e escola, assentando-se sobre o processo de ensino e aprendizagem e regulando a formação humana. Tais ações acabam por capitanear espaços e vozes colocando-se como legítimos definidores de políticas públicas.

1

---

<sup>1</sup> Doutora em Educação. Pedagoga. Professora na Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Pesquisadora associada do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação (GEPEd-Unimontes) e do Grupo Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais (GREPPE-UNICAMP). Membro do Comitê Científico da Revista Educação, Escola e Sociedade (PPGE/Unimontes). Montes Claros, Minas Gerais, Brasil. Email: [ursulalelis@gmail.com](mailto:ursulalelis@gmail.com). CV: <http://lattes.cnpq.br/6133932943405996>. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-4683-4444>.

<sup>2</sup> Pós-Doutora em Educação. Professora do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Membro do Grupo de Trabalho Estado e Políticas Educacionais da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) e membro do Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES). Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. E-mail: [mvieiraufu@ufu.br](mailto:mvieiraufu@ufu.br). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0726794592785841>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4510-0844>.



Este dossiê discute a incidência dessas ações, que têm instaurado processos de privatização da escola pública pelas vias da gestão, da oferta, da formação de professores e do currículo sobre todos os níveis e etapas da educação.

Inicia-se com a entrevista “*Privatização e Educação: análises contemporâneas*”, cedida pelo Professor Dr. Luiz Carlos de Freitas (UNICAMP) à Maria Vieira Silva (UFU) e Úrsula Adelaide de Lélis (Unimontes), na qual ele apresenta um retrato dos encaminhamentos que têm se estabelecido na educação brasileira, após 2016, quando da implantação de governos ultraneoliberais. A sua análise é a de que têm se desenvolvido, no país, uma “[...] política educacional ‘zumbi’, copiada dos países centrais, que introduz a lógica meritocrática da reforma empresarial nas redes e escolas [públicas], com vistas a colocá-las nas mãos ideologicamente seguras do empresariado e das entidades religiosas”. Nesse cenário, destaca o Professor Luiz Carlos, sindicatos, entidades acadêmicas da área educacional, organizações dos estudantes e movimentos sociais desempenham um relevante papel de resistência.

Uma retrospectiva histórica das ações público-privadas na definição das políticas para os Ensinos Médio e Profissional, de 1960 a 2020, compõe o texto “*Parcerias público-privadas, Ensino Médio e Ensino Profissional no Brasil: o caminho da privatização do currículo escolar*”. De autoria de Edirleine dos Santos Pereira e Úrsula Adelaide de Lélis (Unimontes), o estudo aponta como essa formação foi sendo transferida para a esfera privada, reduzindo a formação humana à preparação de força de trabalho e como o setor empresarial vem mantendo vitalidade e expandindo seus projetos no âmbito das políticas educacionais, especialmente as que definem o currículo escolar.

O texto “*Políticas curriculares para o Ensino Médio: movimentos em direção às parcerias público-privadas*”, de autoria de Jane Mery Richter Voigt (UNIVILLE) e Leiri Aparecida Ratti (SEE/SC), mantém o foco no Ensino Médio, discutindo os impactos do Programa Ensino Médio Integral em Tempo Integral (EMITI) na prática pedagógica de professores, em Joinville/SC. Parceria entre a Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina (SED/SC) e o Instituto Ayrton Senna (IAS), o EMITI exerce controle tanto sobre o projeto educativo das escolas, quanto sobre a prática pedagógica e a autonomia curricular dos docentes, podendo afetar o caráter público e democrático da educação.

O crescimento de 24% da oferta privada com orçamento público na educação infantil, no Brasil, de 2007 a 2019, é discutido por Menissa Cícera Fernandes de Oliveira

Bessa (UFT), em “*Publicização e políticas públicas de educação infantil no Brasil: a lógica de mercado*”. Essas práticas de publicização por meio da oferta pública, em instituições de natureza privada e geridas na lógica de mercado, se configuram, segundo a autora, como privatização de vagas, em uma marcha destrutiva das instituições educacionais públicas, implicando no arrefecimento do direito à educação.

O processo de privatização da educação é recortado no estado de Minas Gerais, por Maria Simone Ferraz Pereira, Lúcia de Fátima Valente e Vanyne Aparecida Franco Freitas (UFU), em “A reforma empresarial em Minas Gerais: rumo à privatização da educação pública”. Analisando propostas e ações para educação mineira, no Governo de Romeu Zema Neto (2019-2022), as autoras estudaram a proposta de governo “Liberdade Ainda que Tardia” e matérias veiculadas nos portais oficiais do governo, como “Agência Minas” e “Transparência”. Os resultados anunciam que é possível identificar uma lógica gerencialista nas ações implementadas, que buscam atender demandas pautadas em um paradigma mercadológico de minimização do papel do Estado frente às demandas sociais, potencializando a tríade responsabilização, meritocracia e privatização.

Objetivando dimensionar a atuação do filantropocapitalismo na educação básica brasileira, etapas fundamental e médio, Adriana Soares Beserra Capoano (SEDUC/MT) e Theresa Adrião (UNICAMP) apresentam em “Incidência do Filantropocapitalismo na Educação - estudo bibliométrico a partir do banco de teses e dissertações da CAPES e artigos científicos no portal Scielo”, os resultados de um levantamento bibliométrico sobre a atuação do filantropocapitalismo na educação, com base nas produções acadêmicas – Teses e Dissertações (Mestrado Acadêmico) –, do Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, e de artigos científicos no Portal *Scientific Electronic Library Online* (Scielo). O resultado principal é que não se localizou pesquisas específicas sobre o filantropocapitalismo na educação brasileira, com base nos critérios deste levantamento, entretanto há evidências de sua atuação junto à educação pública.

Com esta produção, esperamos trazer ideias que possam aclarar caminhos para uma educação brasileira pública e laica como direito.

Úrsula Lélis e Maria Vieira

Junho de 2022